



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS**

**CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA GERATIVISTA PARA O ENSINO DE
ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS NAS ESCOLAS
BRASILEIRAS**

Leandro Gonçalves Carneiro

**Rio de Janeiro
2022**

LEANDRO GONÇALVES CARNEIRO

**CONTRIBUIÇÕES DA LINGUÍSTICA GERATIVISTA PARA O ENSINO DE
ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS NAS ESCOLAS
BRASILEIRAS**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras
na habilitação Português-Latim.

Orientadora: Prof.^a Dr. Isabella Lopes Pederneira

RIO DE JANEIRO

2022

CIP - Catalogação na Publicação

GC289c Gonçalves Carneiro, Leandro
Contribuições da Linguística Gerativista para o
Ensino de Orações Subordinadas Completivas nas
Escolas Brasileiras: uma Interface com a Gramática
Tradicional / Leandro Gonçalves Carneiro. -- Rio de
Janeiro, 2022.
45 f.

Orientadora: Isabella Lopes Pederneira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português - Latim,
2022.

1. Orações Subordinadas Completivas. 2. Gramática
Tradicional. 3. Linguística Gerativista. 4. Sintaxe
Gerativa. 5. Teoria Gerativa. I. Lopes Pederneira,
Isabella, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os desafios que marcaram o meu percurso desde o início da graduação, quando entrei na universidade, até o término, com a conclusão do curso, tais como: distância do campus, despesas com deslocamento, com material didático e alimentação, paralisações, greves e até mesmo uma pandemia inesperada, mas graças a Deus, foram todos superados, devido ao apoio de algumas pessoas especiais e da própria universidade, pois sabemos da dificuldade que um estudante de baixa renda e residente de outro município enfrenta para conseguir se formar em uma universidade pública. Assim, agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por nunca ter me desamparado nesta trajetória;

À minha mãe Maria, que sempre me apoiou em tudo o que podia, muito obrigado pela dedicação;

A todo o Corpo Docente da Faculdade de Letras da UFRJ, muito obrigado, professores, por dividirem seus conhecimentos comigo, aprendi muito ao longo destes 4 anos; obrigado pelas dicas, que também foram essenciais para o meu aprendizado;

À minha orientadora, a Prof^a Isabella Pederneira, que aceitou me orientar neste Trabalho de bom grado, obrigado pelo apoio e dedicação;

Aos meus professores de Didáticas Específicas, Kátia Teonia, Maria Fernanda Alvito, Simone Bondarczuk e Pedro Martins, pelas dicas e pelas conversas durante os encontros síncronos das aulas remotas, que foram fundamentais na condução do estágio, o qual, excepcionalmente, teve que ser realizado de forma remota por conta da pandemia;

Aos meus colegas de faculdade, pela parceria nos trabalhos, nas apresentações em grupo, no estágio obrigatório e até mesmo pelas conversas em sala de aula e por mensagens;

Ao amigo Samuel Estevão, pelo apoio e incentivo a que eu me mantivesse estudando, muito obrigado pelo carinho e dedicação;

À Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que, com as Políticas Estudantis, ajuda muitos estudantes de baixa renda a permanecerem estudando e, assim, realizam o sonho de concluir o Ensino Superior. Muito obrigado, UFRJ! Tenho muito orgulho de ter feito parte desta renomada instituição de ensino superior, o que sempre foi meu sonho.

“Sem sonhos, a vida não tem brilho. Sem metas, os sonhos não têm alicerces. Sem prioridades, os sonhos não se tornam reais. Sonhe, trace metas, estabeleça prioridades e corra riscos para executar seus sonhos...”

Augusto Cury

RESUMO

Esta monografia tem por objetivo analisar as orações subordinadas completivas da Gramática Tradicional, comumente conhecidas como *substantivas*, estabelecendo um paralelo com a abordagem gerativista, cuja classificação é a de *completivas finitas* ou *completivas de adjetivo*, *completivas de nome* e *completivas de verbo*, bem como a ocorrência de alguns fenômenos que surgem ao comparar essas orações nas duas abordagens. Tais fenômenos são conhecidos como “*queísmo*” e “*dequeísmo*”, que nada mais é do que o uso da preposição *de* antes do complementizador – aqui, ressalta-se o complementizador *que* e a preposição *de*, que são mais recorrentes. No entanto, o fenômeno pode ocorrer também com a preposição *em* e mais raramente com a preposição *com*, em determinados contextos. Tal análise tenta investigar em que contexto os falantes do PB suprimem a preposição e em qual, eles mantêm, com base na proposta de autores gerativistas, como Raposo et. al., por exemplo. Neste trabalho, ainda, busca-se apresentar as orações subordinadas completivas de modo que os estudantes do último segmento do Ensino Fundamental e do Ensino Médio compreendam melhor por que uma recebe tal classificação, e a outra não, ou seja, sem que seja necessário decorar as nomenclaturas da Gramática Tradicional para assimilar o conteúdo, já que as orações subordinadas costumam ser um problema nas escolas entre a maioria dos alunos, justamente por conta da nomenclatura, e, na maioria das vezes, esses transtornos se devem à abordagem da própria Gramática Tradicional, que traz muitos equívocos em relação a classificações de termos e análises sintáticas, uma vez que toma por referência o português europeu e tem por objetivo a prescrição. Para isso, a metodologia usada foi com base na Teoria Gerativa, fazendo uma espécie de comparação entre a definição dessas orações na tradição e a apresentação dada sob a ótica da Linguística Gerativista. Além disso, este trabalho também tem como meta apresentar sugestões de abordagens aos professores nas aulas de gramática que facilitem o entendimento desse conteúdo por parte dos alunos a fim de melhorar a compreensão. Assim, é esperado um uso mais acutelado de algumas classificações dadas pelos gramáticos normativos em salas de aula e um melhor entendimento de como funciona a gramática internalizada dos falantes nativos do PB.

Palavras-chave: Orações Subordinadas, Gramática Tradicional, Teoria Gerativa.

ABSTRACT

This monograph aims to analyze the completive subordinate clauses of Traditional Grammar, commonly known as *nouns*, establishing a parallel with the generativist approach, whose classification is that of *finite completives* or *adjectival completives*, *noun completives* and *verbal completives*, as well as the occurrence of some phenomena that arise when comparing these clauses in the two approaches, such phenomena are known as “*queísmo*” and “*dequeísmo*”, which is nothing more than the use of the preposition *of* before the complementizer – here, the complementizer *that* and preposition *of*, which are more recurrent. However, the phenomenon can also occur with the preposition *in* and more rarely with the preposition *with*, in certain contexts. Such analysis tries to investigate in which context BP speakers suppress the preposition and in which they maintain it, based on the proposal of generativist authors such as Raposo et. all, for example. In this work, also, we seek to present the subordinate clauses so that students from the last segment of Elementary School and High School understand better why one receives such classification, and the other does not, that is, without having to memorize it. Traditional Grammar nomenclatures to assimilate the content, since subordinate clauses tend to be a problem in schools among most students, precisely because of the nomenclature, and, in most cases, these disorders are due to the approach of Traditional Grammar itself, which brings many misunderstandings in relation to the classification of terms and syntactic analysis, since it takes European Portuguese as a reference and aims to prescribe. For this, the methodology used was based on the Generative Theory, making a kind of comparison between the definition of these clauses in the tradition and the presentation given from the perspective of Generativist Linguistics. In addition, this work also aims to present suggestions for approaches to teachers in grammar classes that facilitate the understanding of this content by students in order to improve understanding. Thus, a more cautious use of some classifications given by normative grammarians in classrooms is expected and a better understanding of how the internalized grammar of native BP speakers works.

Keywords: Subordinate Clauses, Traditional Grammar, Generative Theory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2. ENTENDENDO O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DOS PERÍODOS.....	12
2.1 As orações subordinadas completivas sob a perspectiva das Gramáticas Tradicionais (GTs)13	
2.2 Concepções de gramática.....	16
3. ENTENDENDO A TEORIA GERATIVA.....	17
4. AS ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA GERATIVA.....	20
4.1 Apontamento de diferenças entre os argumentos de natureza oracionais e os argumentos de natureza nominais.....	23
5. AS SUBORDINADAS INTERROGATIVAS.....	24
6. DISTINÇÃO ENTRE ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS E ESPECIFICATIVAS.....	25
7. ASPECTOS RELEVANTES DA AQUISIÇÃO DE ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS.....	26
8. VARIAÇÃO NO USO DA PREPOSIÇÃO <i>DE</i> ANTES DO COMPLEMENTIZADOR NAS ORAÇÕES COMPLETIVAS.....	28
8.1 O fenômeno do <i>queísmo</i>	29
8.2 O fenômeno do <i>dequeísmo</i>	31
9. QUADROS COMPARATIVOS DE CLASSIFICAÇÕES DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS NA NGB, NA GRAMÁTICA TRADICIONAL E NA LINGUÍSTICA TEÓRICA.....	33
10. PROPOSTA DE UMA ATIVIDADE (JOGO DIDÁTICO) À LUZ DA SINTAXE GERATIVA.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

Não é de hoje que as gramáticas tradicionais apresentam algumas incoerências em relação a classificações de termos e de nomenclaturas, e com as orações subordinadas não é diferente. Isso pode ser visto nas orações subordinadas adverbiais, por exemplo, cuja principal característica é ter mobilidade no período, ou seja, a mesma dos adjuntos adverbiais (RAPOSO, 1981). No entanto, tais orações, as quais as gramáticas tradicionais classificam como orações subordinadas comparativas, consecutivas e proporcionais (inclui-se ainda nesse grupo as conformativas), não devem receber o rótulo de adverbiais, uma vez que, ao movê-las, a sentença se torna agramatical. Isso se deve ao fato de essas orações não possuírem mobilidade, e as gramáticas tradicionais apresentam-nas em pares correlatos que guardam um nexos semântico de comparação, consequência, proporção e conformidade. Trata-se, portanto, de construções de grau, que correspondem a duas orações de ordem fixa e interdependente, sem a mobilidade própria dos adjuntos adverbiais. (LOBO, 2003; MARQUES, 2003). Dessa forma, não se pode apontar qual é a oração principal e qual é a oração subordinada, como podemos observar nos exemplos a seguir:

- (1) a. Os alunos falam *mais (do) que* estudam.
 b. Estudei *tanto que* fiz boa prova.
 c. *Quanto mais* estuda *mais* aprende.
 d. Os resultados saíram *conforme* o esperado. (MARQUES, 2003, adaptado).

Nestes exemplos, é possível perceber que a primeira e a segunda oração de cada estrutura formam pares correlatos que guardam um nexos semântico de comparação, de consequência, de proporção e de conformidade, respectivamente, de modo que uma tentativa de alterar a ordem das duas orações produziria uma estrutura agramatical:

- (2) a. **(do) que* estudam / os alunos falam *mais*.
 b. **que* fiz boa prova / estudei *tanto*.
 c. **mais* aprende / *quanto mais* estuda.
 d. **Conforme* o esperado / os resultados saíram. (MARQUES, 2003, adaptado).

Diante do exposto, é possível perceber alguns equívocos encontrados nas gramáticas tradicionais quanto ao tratamento dado às orações subordinadas de um modo geral, pois é sabido que tais orações são um dos assuntos da Gramática Tradicional que costumam causar muitas dúvidas entre os alunos do 8º e do 9º anos do Ensino Fundamental – que é quando começam a ver esse conteúdo nas escolas – e entre os alunos do Ensino Médio – que passam a ter esse conteúdo de forma mais frequente nas aulas de Língua Portuguesa. Vale salientar que as gramáticas tradicionais dividem as orações subordinadas em três grandes grupos, a saber: orações subordinadas substantivas (completivas), orações subordinadas adjetivas (relativas) e orações subordinadas adverbiais, além das orações reduzidas de infinitivo, de gerúndio e de particípio. Gramáticas mais recentes trazem ainda as especificativas (BARBOSA, 2013). Neste trabalho, o foco recai sobre as orações subordinadas completivas ou substantivas, como são mais conhecidas na tradição gramatical (ROCHA LIMA, 2019; PASHOALIN & SPADOTO, 2010). Além disso, este trabalho faz uma análise comparativa dessas orações entre a perspectiva da Gramática Tradicional, cuja base é a prescrição gramatical, e a perspectiva da Gramática Gerativa, cuja base é a descrição, sobretudo no que se refere aos fenômenos linguísticos.

Antes de dar início ao assunto em si, é preciso relembrar o que constitui um período composto por subordinação. Vejamos este exemplo:

(3) Maria disse que esteve no evento.

No exemplo acima, é possível observar que a sentença apresenta dois verbos; logo, dizemos que nessa estrutura, há duas orações, sendo uma principal, e a outra subordinada a essa principal, em uma relação de dependência sintática. Note-se que o elemento que une as duas orações pertence à categoria das conjunções integrantes na perspectiva da norma gramatical. Na gramática gerativa, tal elemento, segundo a concepção de Chomsky (1970), é denominado de complementizador ou CP (do inglês *Complementizer Phrase*). Assim, de acordo com (PASHOALIN & SPADOTO, 2010), podemos definir *oração* como toda estrutura contida em uma frase e elaborada em torno de um verbo, de tal forma que o número de verbos será igual ao número de orações. Outro ponto importante de ressaltar é a questão da diferenciação entre frase e oração: *frase* é todo enunciado que exprime sentido e estabelece comunicação, podendo ser nominal ou verbal; *oração* é constituída tão somente de verbo. Ao se considerar a característica essencial de cada uma dessas estruturas, isto é, o sentido para a

frase e o verbo para a oração, chega-se à conclusão de que nem toda frase é uma oração, e nem toda oração é uma frase (PASHOALIN & SPADOTO, 2010), como podemos observar no seguinte exemplo:

(4) Que belo dia! (É frase, não é uma oração.) (PASHOALIN & SPADOTO, 2010, adaptado).

Cabe ressaltar, ainda, que toda frase verbal é também chamada de *período*. O período é a frase organizada com uma ou com várias orações e pode ser simples – formado apenas de uma oração – ou composto – formado de duas ou mais orações, como pôde ser visto no exemplo 3. (PASHOALIN & SPADOTO, 2010). Ciente desses conceitos, tem-se ainda a observância do que é considerado gramatical e agramatical na nossa língua, característica de extrema relevância para o assunto abordado nesta monografia e que serve de reflexão para algumas incoerências que são apresentadas no ensino de gramática nas escolas, que tomam por base apenas a Gramática Tradicional, sendo esta um molde do estilo do português europeu e de caráter prescritivo, na medida em que prescreve uma série de regras e preceitos aos indivíduos, ou seja, completamente diferente da nossa gramática internalizada, que é resultado do conjunto de regras que todo falante domina naturalmente.

Sabe-se que a gramática normativa estabelece uma série de regras e de normas, que levam os alunos a decorar as nomenclaturas dos termos e das estruturas sintáticas, e não, necessariamente, a entender esses conteúdos. Partindo desse pressuposto, surge a necessidade de propor mecanismos de ensino-aprendizagem que tornem esse aprendizado mais dinâmico e compreensível para os alunos, buscando respaldos em outra “gramática”, ou seja, em sua própria gramática interna, que é aquela que todo falante nativo do português possui. Para isso, surge a gramática gerativa como uma aliada ao processo pedagógico das escolas, uma vez que possibilita ao professor trabalhar com os alunos em sala de aula, usando uma gramática que é própria do conhecimento deles, sem se preocuparem com o que está “certo” ou “errado” do ponto de vista da Gramática Tradicional, pois sabemos que a língua não é homogênea, mas sim heterogênea, isto é, está sempre mudando. Não se trata, portanto, de uma língua estática, parada no tempo.

Nesta monografia, por conseguinte, cujo foco são as orações subordinadas completivas finitas, será mostrada a estrutura dessas orações, tanto na Gramática Tradicional, sob a ótica de alguns gramáticos normativos, quanto na Gramática Gerativista, sob a ótica de

alguns autores gerativistas, comparando as duas abordagens, bem como a ocorrência de alguns fenômenos que aparecem quando confrontamos tais abordagens. Além disso, será proposta uma atividade com base na análise gerativista para um melhor entendimento da estrutura das orações e como tal Teoria pode contribuir positivamente no processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Cabe ressaltar que, como as escolas brasileiras adotam majoritariamente a Gramática Tradicional nas aulas de Língua Portuguesa, algumas nomenclaturas, sobretudo no caso das orações subordinadas, precisarão ser memorizadas. Para isso, serão sugeridas algumas estratégias de memorização, mas sempre levando em consideração a gramática internalizada do aluno.

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O capítulo de referência para o tema desta monografia é o capítulo 36 da Gramática do autor Eduardo Raposo *et al* (2013), que trata especificamente das características gerais das orações subordinadas completivas finitas dentro do tópico Subordinação Argumental Finita. Esse capítulo é o ponto de partida para fundamentar a pesquisa, visto que apresenta de forma bem estruturada as características funcionais e formais das orações subordinadas completivas, as suas estruturas internas e os elementos responsáveis pelo tipo gramatical. Neste capítulo, ainda, são apresentadas as orações completivas de sujeito selecionadas por um verbo, nas quais são mostradas diferentes estruturas em que elas podem aparecer e as completivas de sujeito selecionadas por adjetivos, nomes e advérbios, bem como a diferenciação entre completivas e especificativas. O capítulo em questão também aborda as orações completivas com função de complemento selecionadas por adjetivos e por nomes. Outro ponto importante do capítulo – e que requer uma atenção especial – é a variação no uso da preposição *de* antes do complementizador *que* nas orações completivas, o que resulta no fenômeno conhecido como “queísmo” e “dequeísmo”, muito comum entre os falantes do PB. (Aqui, entende-se por variação a possibilidade de alternância entre o uso e o desuso da preposição antes do complementizador).

O que se pretende mostrar neste trabalho é uma reflexão acerca da metodologia de ensino adotada nas escolas brasileiras no campo da Sintaxe. Trata-se de apontar uma nova forma de tratar o assunto das orações subordinadas (no caso, as completivas) nas aulas de Língua Portuguesa sem que os alunos se sintam enfadados e desmotivados em aprender o

conteúdo, que, muitas vezes, é passado e repassado de forma monótona e com base apenas na Gramática Tradicional, que é uma espécie de manual de regras baseadas nos moldes do português europeu, o que acaba levando o aluno a decorar uma série de nomenclaturas que estão completamente distantes da sua gramática internalizada.

Partindo desse pressuposto, propõe-se uma análise reflexiva sobre os métodos de ensino usados pelos professores em sala de aula, uma vez que as escolas brasileiras acabam valorizando mais a tradição gramatical e desvalorizando a gramática internalizada do aluno. Isso pode ser visto também em diversos cursinhos preparatórios para vestibulares e para concursos públicos, que, sob a ótica da GT, trabalham com o conceito de “certo” e “errado”, e tudo que foge a esse padrão imposto pela norma gramatical é considerado “erro”, o que pode levar o indivíduo que não domina essas regras ao constrangimento.

Diante do exposto, a teoria adotada para esta monografia é a Teoria Gerativa, também conhecida como Linguística Gerativa ou Gerativismo, que trabalha com a hipótese inatista de aquisição de linguagem. Segundo essa hipótese, somente o ser humano tem a capacidade de filtrar os dados da sua experiência de modo a construir uma competência linguística, propiciada por uma dotação genética própria de nossa espécie, tal como afirma (KENEDY, 2019). Nesse sentido, a crítica à Gramática Tradicional faz-se necessária na medida em que desconsidera esses aspectos fundamentais das línguas humanas. Ademais, visualizar a disposição das orações no período ajuda a compreender melhor o que é considerado gramatical e agramatical em nossa língua de acordo com a nossa *Gramática Universal (GU)*, o que não precisa necessariamente levar em conta a semântica da sentença, pois uma estrutura gramatical em nossa língua segue uma determinada ordem para que seja compreendida.

No escopo da Sintaxe, ponto em que se fundamenta esta monografia, buscam-se explicações, por meio da gramática gerativa, para os fenômenos que aparecem na estrutura sintática por meio da observância da supressão de preposição diante do complementizador a depender do contexto de fala dos falantes do PB e da comparação entre orações sob a perspectiva da tradição gramatical e da gramática gerativa, ou seja, da Sintaxe Gerativa.

Nesse contexto, tal embasamento teórico contribuirá para que os docentes passem a considerar mais a gramática internalizada dos discentes em detrimento da Gramática Tradicional, adotando, com isso, novas metodologias de ensino-aprendizagem acerca desse conteúdo. Trata-se de apontar um olhar diferenciado ao tratamento dado às orações subordinadas completivas em sala de aula, mostrando como cada uma recebe tal classificação na GT e na Sintaxe Gerativista e por que recebe tal rótulo.

2. ENTENDENDO O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DOS PERÍODOS

Por tradição, as gramáticas tradicionais apresentam dois processos distintos de organização de períodos: a *coordenação* e a *subordinação*. (ROCHA LIMA, 2019; PASHOALIN & SPADOTO, 2010). Nesse contexto, o processo de *coordenação* caracteriza-se por ser um processo de organização em que as orações ou uma das orações não exercem uma função na outra, ou seja, são sintaticamente independentes uma da outra; já o processo de *subordinação*, por sua vez, se caracteriza por apresentar em sua estrutura uma oração principal e uma ou mais orações subordinadas, as quais se ligam a essa principal, exercendo uma função nela, ou seja, são orações sintaticamente dependentes. Na perspectiva gerativista, por outro lado, tais orações funcionarão como um argumento (externo ou interno) de um predicador (verbal, nominal ou adjetival) ou um modificador de SV, SN ou SD da principal.

2.1 As orações subordinadas completivas sob a perspectiva das Gramáticas Tradicionais (GTs)

As orações subordinadas completivas geralmente aparecem descritas nas GTs como *Orações Subordinadas Substantivas* (ROCHA LIMA, 2019; PASHOALIN & SPADOTO, 2010). Tal descrição se deve ao fato de essas orações exercerem na oração principal as funções sintáticas próprias do substantivo: *sujeito*, *objeto direto*, *objeto indireto*, *complemento relativo*, *complemento nominal*, *aposto* e *predicativo*, e aparecem introduzidas, principalmente, pelas conjunções subordinativas integrantes *que* e *se*. Assim, elas são classificadas de acordo com as funções sintáticas que exercem. Para que recebam tal classificação, são considerados dois critérios básicos, segundo (ROCHA LIMA, 2019):

1º) Quanto à *função* que desempenham na oração principal: *SUBSTANTIVAS, ADJETIVAS E ADVERBIAIS*;

2º) Quanto à *forma* e ao modo como se articulam com a oração principal: *DESENVOLVIDAS, REDUZIDAS E JUSTAPOSTAS*. (ROCHA LIMA, 2019).

Nessa concepção, (ROCHA LIMA, 2019) define as orações *desenvolvidas* ou *explícitas* – como aquelas que trazem o verbo em sua forma finita e são encabeçadas por conjunção, pronome relativo ou, no caso de interrogação indireta, por pronome ou por advérbio interrogativos; as orações *reduzidas* – ou *implícitas* – como aquelas que apresentam o verbo em uma das formas infinitas ou nominais, como o infinitivo, o gerúndio e o particípio, e as orações *justapostas* como aquelas que, sem prejuízo da função que desempenham na principal, sobrepõem-se a esta sem conector. Ainda no campo das orações desenvolvidas, a classificação leva em conta a maneira como estas se articulam com a principal, distinguindo-se, assim, dois grupos de orações substantivas desenvolvidas:

-As que são introduzidas pela conjunção integrante *que*;

-As *interrogativas indiretas*, que se iniciam por pronome ou por advérbio interrogativos, ou, ainda, pela partícula dubitativa *se*. (ROCHA LIMA, 2019).

Desse modo, segundo (ROCHA LIMA, 2019), as orações subordinadas substantivas são classificadas, quanto à função que exercem, em: *Subjetiva*, *Objetiva direta*, *Completiva relativa*, *Completiva nominal*, *Apositiva* e *Predicativa*.

Já (PASHOALIN & SPADOTO, 2010), classificam tais orações como *subjetivas*, *objetivas diretas*, *objetivas indiretas*, *completivas nominais*, *predicativas* e *apositivas*. Ao comparar os dois autores, é possível observar que o rótulo “*completiva relativa*” só aparece em gramáticas mais recentes, como as do Rocha Lima, por exemplo, e isso já poderia causar uma certa dúvida na cabeça dos alunos na hora de ter que dar a classificação desse tipo de oração em um exercício ou em uma prova: *completiva relativa* ou *objetiva indireta*? Desse modo, cabe uma revisão dos textos da norma gramatical, explicando em todas as gramáticas as duas nomenclaturas a fim de evitar confusão. Vejamos alguns exemplos fornecidos pelos autores citados, (ROCHA LIMA, 2019) e (PASHOALIN & SPADOTO, 2010), respectivamente:

1) Subjetiva:

1. “Parecia / *que o morro se tinha distanciado muito*.”
2. É necessário / *que você volte*.

2) Objetiva direta:

3. "Descobri então / *que o meu tamanho não era fixo...*"4. Quero / *que você volte*¹

3) Completiva relativa / Objetiva indireta:

5. "Lembro-me / *de que saímos, de madrugada, de um restaurante...*"6. Necessito / *de que você volte*

4) Completiva nominal:

7. "(...) mas ficaria-me a certeza / *de que havia ali vários trabalhos, feitos por muitos indivíduos.*"8. Tenho necessidade / *de que você volte*

5) Predicativa:

9. "O terrível é / *que esta moléstia destrói a vontade...*"10. Minha esperança é / *que você volte*

6) Apositiva:

11. "Um temor o perseguia: / *que a velhice lhe esquecesse a fibra de guerreiro.*"12. Minha esperança é esta: / *que você volte*

Observação: A numeração de 1 a 6 e de 1 a 12 correspondem, respectivamente, aos subtópicos e aos exemplos desta subseção.

¹¹¹¹ A classificação "Completiva relativa" aparece de forma recorrente na gramática do Rocha Lima. Isso porque, para o autor, o *objeto indireto* representa o *Ser Animado* a que se dirige ou se destina a ação ou estado que o processo verbal expressa. Já o *complemento relativo* é o complemento que, ligado ao verbo por meio de uma determinada preposição (a, com, de, em, entre outras), integra, com o mesmo valor de um *objeto direto*, a predicação de um verbo de significação relativa. Outros gramáticos normativos, como Cunha e Cintra, também adotam a nomenclatura de *Objetiva indireta* em suas gramáticas.

Nestes exemplos, é possível observar que alguns autores divergem na classificação de uma ou outra oração, por uns considerarem alguns aspectos sintáticos, e outros não, mantendo, assim, a nomenclatura mais usual. A principal divergência que se pode apontar nos exemplos citados acima é quanto ao rótulo de *Objetiva Indireta* (mantida pela maioria das gramáticas tradicionais) e de *Completiva Relativa* (defendida por Rocha Lima). Cabe ressaltar que, para que se evitem confusões com essas classificações, é preciso que os professores trabalhem todas as funções sintáticas com os alunos previamente, mostrando o ponto de vista de cada autor. Se o verbo exige uma determinada preposição, seu complemento se ligará a ele por meio desta preposição; logo, seu complemento apresentará uma “relação” com ele. Se o complemento do verbo tiver uma preposição e representar uma pessoa – ser animado na concepção de Rocha Lima – será um objeto indireto e poderá ser substituído pelo pronome oblíquo *lhe*.

Outro ponto importante quanto à classificação desse grupo de orações subordinadas substantivas que costuma causar divergências até mesmo entre autores é quando estas aparecem com o verbo “*parecer*”. Nos quadros tradicionais, essa oração subordinada é classificada como *Oração Subordinada Substantiva Subjetiva* (ROCHA LIMA, 2019; PASHOALIN & SPADOTO, 2010), pois exerce a função sintática de sujeito na oração principal (alguma coisa parece – o que parece?). Entretanto, nos modelos linguísticos formais, como os da Gramática Gerativa, tal oração é classificada também como uma *Oração Subordinada Substantiva Objetiva Direta* – ou *Subordinada Completiva de Verbo com função de objeto direto*. (BARBOSA, 2003). Na Linguística Gerativa, isso ocorre devido ao fato de ela não poder ser movida para a posição de sujeito. Assim, essa oração também pode ser considerada como um argumento interno, e não externo.

2.2 Concepções de gramática

Para compreender melhor o assunto tratado, convém abordar em sala de aula as diferentes concepções do termo “*gramática*” a fim de deixar claro que a gramática que é tratada nas escolas não é a mesma que adquirimos naturalmente e nem é a única, pois se trata de uma norma que foi pré-estabelecida como um meio de se “falar bem”. Em contrapartida, a gramática que construímos – a nossa gramática interna – não leva em conta os parâmetros que estão impostos por essa norma de caráter prescritivo.

Já que uma abordagem de ensino-aprendizagem da Língua tende a dar prioridade a esse

sistema de normas complexas para o “bem falar e escrever”, isto é, somente o indivíduo que domina essas regras é considerado um bom leitor e escritor, o que vem sendo discutido nas salas de aula é a tradição dentro da gramática, razão pela qual é denominada de Gramática Normativa – Prescritiva ou Gramática Tradicional, tal como afirma (TRAVAGLIA, 2009):

“(...) Gramática Normativa é aquela que estuda apenas os fatos da língua padrão (...)” (TRAVAGLIA, 2009, p.30).

Assim, têm-se, ainda, segundo (FRANCHI, 2006), diferentes concepções de gramática, que são imprescindíveis para o bom entendimento do uso da língua em uma determinada comunidade. Tais concepções apresentam características próprias e tomam o termo “*gramática*” em um sentido mais abrangente, categorizando-o em três tipos distintos: internalizada, normativa e descritiva.

Nesse sentido, a gramática internalizada é a gramática que todo falante da língua possui e adquire de forma natural, independente de sua escolaridade. Esse tipo de gramática tem relação com os conhecimentos que foram adquiridos pelo indivíduo naturalmente e com base no seu aparato linguístico, desde que esse indivíduo tenha sido exposto a uma comunidade linguística.

Já a gramática normativa é a gramática que prescreve as regras do bom uso da língua. Esse tipo de gramática estabelece normas do que deve ser dito e escrito, assemelhando-se a regras de etiqueta. Trata-se, portanto, de uma espécie de “manual de instruções” que instrui o indivíduo a falar e a escrever em conformidade com essas normas, respeitando a concordância, a regência e a colocação pronominal, por exemplo.

Já a gramática descritiva, por sua vez, é aquela que registra o que está sendo dito em uma determinada comunidade, analisando a estrutura e o funcionamento da língua. As regras desse tipo de gramática se assemelham às leis da natureza, uma vez que organizam observações sobre os fatos da língua, verificando se estão ocorrendo ou não mudanças linguísticas. (TRAVAGLIA, 2009).

Entender essas concepções de gramática é fundamental nas aulas de língua, pois ajuda o aluno a compreender qual gramática está sendo abordada na escola e que esta difere da que ele possui, cabendo ao professor iniciar essa discussão. Assim, uma gramática deve disponibilizar, segundo (BAGNO, 2001), uma boa quantidade de atividades de pesquisa, que possibilitem ao aluno produzir seu próprio conhecimento linguístico, como um instrumento eficaz contra a reprodução impensada e contrária da doutrina gramatical normativa.

3. ENTENDENDO A TEORIA GERATIVA

Com o intuito de satisfazer a classificação das orações subordinadas completivas – ou substantivas –, à luz da Sintaxe Gerativa, apontam-se algumas abordagens de nomenclaturas a fim de evitar lacunas no ensino de gramática nas escolas.

Partindo dessa perspectiva, é preciso salientar, antes de tudo, que a teoria linguística, isto é, o Gerativismo assume a responsabilidade de dar conta do conhecimento linguístico existente na mente humana. Nesse sentido, a sua principal tarefa é criar uma teoria que explique a natureza do conhecimento linguístico inscrito na mente dos seres humanos.

Como afirma (KENEDY, 2019, p.16): “(...) o linguista teórico deve elaborar uma hipótese abstrata a respeito de como a linguagem deve funcionar na mente humana.”

Nesse contexto, o linguista teórico pode partir da ideia de que a linguagem humana possui vários componentes, como o léxico, a sintaxe e a fonologia, por exemplo, e dizer que cada um desses componentes seja propício a um determinado tipo específico de conhecimento – como o conhecimento sobre as palavras (o léxico), o conhecimento sobre os sons (a fonologia) e o conhecimento sobre a estrutura das frases (a sintaxe). (KENEDY, 2019).

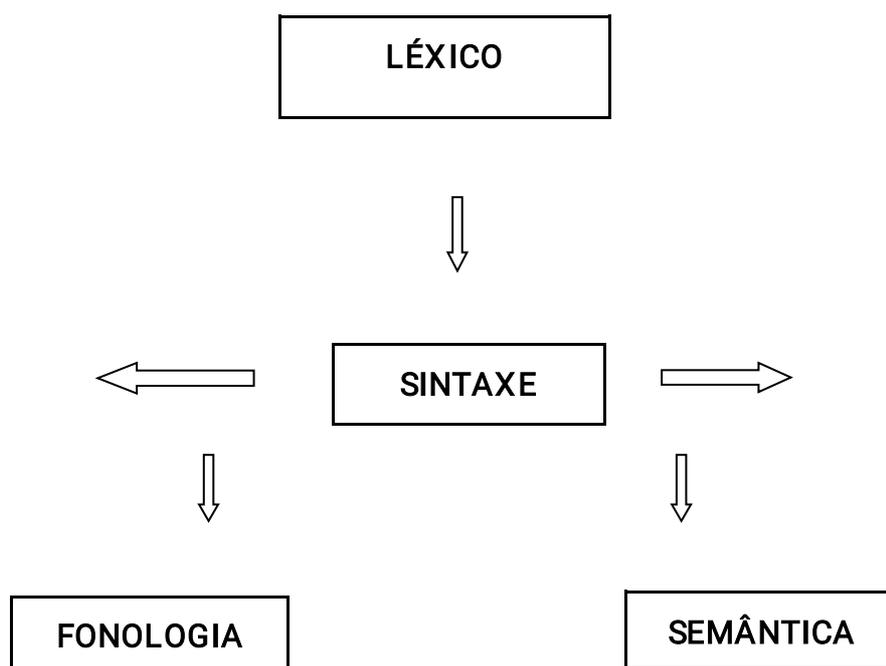
A fim de fundamentar tal teoria, Chomsky (1994) trabalha com dois conceitos-chave: *língua-I* e *língua-E*, em que “I” remete ao conhecimento interno, *intensional* e “E”, a tudo o que é externo, *extensional*. Nessa concepção, uma língua-I se caracteriza por ser o conhecimento linguístico de um indivíduo, isto é, aquilo que está presente na mente e lhe possibilita fazer uso de uma língua-E para produzir e compreender as palavras, os sintagmas, as frases e os discursos. (KENEDY, 2019).

Outra questão importante levantada pela Linguística Gerativa é a ideia de uma competência como um sistema de regras específicas que deu lugar à *Gramática Universal* (GU). Entende-se por GU o conjunto de propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais, bem como as diferenças entre essas línguas, que são previsíveis na própria GU. A GU está relacionada com o que a teoria gerativa chama de *faculdade da linguagem*, que nada mais é do que um dispositivo inato, que faz parte de todos os seres humanos como uma espécie de herança biológica, que nos fornece um algoritmo, ou seja, um conjunto de instruções paulatinamente. Tal algoritmo é a própria GU.

Com a finalidade de descrever a natureza e o funcionamento da GU, a Linguística Gerativa desenvolve uma teoria chamada de *princípios* e *parâmetros*. Tal teoria desenvolve pesquisas, principalmente na área da sintaxe, já que é justamente nas estruturas sintáticas que

mais se notam as grandes similaridades com todas as línguas do mundo, ainda que não apresentem nenhum tipo de parentesco, o que facilita o estudo da GU. Isso se deve ao fato de a sintaxe ser o único componente gerativo da Faculdade da Linguagem, razão pela qual é o menos variável também. Um exemplo disso é o fato de todas as línguas do mundo possuírem também estruturas como orações adjetivas, orações interrogativas e funções sintáticas, como sujeito, predicado e complementos. (MARTELOTTA, 2008).

Cabe ressaltar, ainda, que o que possibilita estudar a sintaxe separada dos demais componentes da gramática (léxico, fonologia, morfologia e semântica), segundo Kenedy (2019), é um conceito fundamental que a teoria gerativa denomina de *gramática modular*. De acordo com esse conceito, todos os componentes da gramática devem ser analisados como módulos independentes entre si e autônomos, no sentido de que são regidos por regras próprias, não sofrendo influência dos demais módulos, ou seja, o funcionamento de um módulo como a sintaxe, por exemplo, é indiferente em relação ao que está na fonologia, o que não quer dizer que não haja pontos em comum entre os módulos da gramática, afinal de contas a sintaxe cria sintagmas e sentenças a partir das palavras do léxico, e o resultado final da sintaxe – a sentença – deve receber uma interpretação fonológica e semântica, como podemos observar no seguinte quadro:



Nesse quadro ilustrativo, é possível perceber que o elemento central da gramática é a sintaxe. Ela extrai do léxico as palavras com as quais construirá, de acordo com suas próprias regras, estruturas como sintagmas e sentenças, que, partindo da sintaxe, são encaminhadas para serem preparadas para a pronúncia, no módulo fonológico, e para a interpretação formal, no módulo semântico. Nessa forma de compreensão do funcionamento da gramática, a morfologia é interpretada como parte do léxico, visto que dá conta da estrutura interna da palavra, bem como parte da fonologia, já que deve assumir as alterações mórnicas condicionadas de modo fonológico. (MARTELOTTA, 2008).

4. AS ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS SOB A PERSPECTIVA DA GRAMÁTICA GERATIVA

De um modo geral, as orações subordinadas completivas também são conhecidas como orações subordinadas substantivas na terminologia tradicional (ROCHA LIMA, 2019; PASHOALIN & SPADOTO, 2010). Quanto às suas características formais, podem aparecer de duas formas: *finitas* ou *não finitas (infinitivas)* (RAPOSO, 2013). Partindo desse aspecto relevante, o capítulo escolhido para a pesquisa se dedica ao estudo de tais orações, tomando por foco as orações subordinadas completivas finitas, ou seja, orações que apresentam o verbo em um tempo finito, razão pela qual recebem o rótulo de *finitas*.

No escopo da Teoria Gerativa, essas orações irão funcionar como argumentos de um dado predicador, seja ele verbal, nominal ou adjetival, o que justifica o fato de tais orações também receberem o rótulo de *orações argumentais* (RAPOSO, 2013). Dado que complementam o sentido de um desses predicadores que as selecionam, elas têm sido classificadas como *completivas* nas gramáticas tradicionais mais recentes, como a do Rocha Lima, por exemplo, como vimos na seção 2.1. Observemos alguns exemplos dessas orações entre colchetes:

- (5) a. [Escalar montanhas] me causa medo.
 b. Espanta-me [que Paulo falte ao trabalho].
- (6) a. O menino quer [comprar o brinquedo naquela loja nova].
 b. A Maria disse [que o menino comprou o brinquedo naquela loja nova].
 c. A mãe obrigou o filho [a pedir desculpas pelo mau comportamento].

d. A hipótese [de que a Terra é redonda] ainda é polêmica.

e. As crianças estão esperançosas [de ganharem presentes no fim do ano].(SANTOS, 2011, adaptado).

Em (5b), (6b), (6d), podemos observar alguns exemplos de orações subordinadas completivas finitas; já em (5a), (6a), (6c) e (6e), têm-se exemplos de orações subordinadas infinitivas. Nessas estruturas, percebe-se que essas orações ocupam uma determinada posição argumental e que podem desempenhar a função sintática de sujeito, como em (5a,b), ou de complementos de verbos, de nomes ou de adjetivos, como em (6a-c), (6d) e (6e), respectivamente. Cabe ressaltar que as orações completivas que funcionam como argumento interno de verbos (lê-se na tradição gramatical como objeto direto, objeto indireto ou complemento relativo) podem aparecer ou não introduzidas por preposição (6a, 6b vs. 6c), ao passo que as completivas de adjetivo ou de nome aparecem sempre introduzidas por preposição (6d, 6e). (RAPOSO, 2013, adaptado).

Outra peculiaridade desse tipo de oração é o fato de serem sempre introduzidas por um complementizador – ou conjunção integrante na terminologia das gramáticas tradicionais –, tipicamente o *que*, mas também pode aparecer o *se* nas interrogativas indiretas, como se pode observar no exemplo a seguir:

(7) Ele perguntou [se você vai à festa].(SANTOS, 2011, adaptado).

Essa é uma das propriedades das orações subordinadas completivas finitas, mas não a única. Essas orações podem apresentar, ainda, contraste de modo em português, assim como em outras línguas românicas. Desse modo, haverá completivas finitas de indicativo ou de conjuntivo (subjuntivo), a depender do tipo de verbo que as seleciona como argumento (SANTOS, 2011, adaptado). Vejamos outros exemplos:

(8) a. O técnico informou [que o jogador estava suspenso do jogo].

b. O técnico não afirmou [que o jogador estivesse suspenso do jogo]. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Ainda no que tange às características formais das orações subordinadas argumentais, podemos perceber que as finitas ocorrem tanto com o verbo no modo indicativo (8a) quanto

com o verbo no modo conjuntivo (8b) e apresentam marcas morfológicas de concordância com o sujeito. No caso das infinitivas, um dos aspectos que as diferenciam das finitas, segundo (RAPOSO, 2013), é a presença do conector *que*, além de haver – nas infinitivas – a possibilidade de flexionar ou não o infinitivo, que é outra característica formal das 2ª orações completivas.

Nos casos em que a oração com a função de complemento de um verbo, nome ou adjetivo é regida de preposição, cabe-nos distinguir dois tipos de construções, de acordo com (RAPOSO, 2013):

- (I) Estruturas em que a preposição tem um valor semântico, sendo ela própria selecionada pelo verbo, nome ou adjetivo com o qual se combina para formar um predicador complexo que seleciona a oração completiva, o que condiciona a escolha da preposição a depender do item lexical que a seleciona;
- (II) Estruturas em que a preposição é vazia de significado e serve apenas de elo de ligação entre um núcleo e o seu complemento; cabe ressaltar que nestes contextos em que há gramaticalização, é usada a preposição *de*, não sendo a sua presença obrigatória quando o complemento se trata de uma oração finita. (RAPOSO, 2013).

Vejamos alguns exemplos:

- (9) a. Ele *gostou* muito (de) [que o convidassem para a festa].
- b. Maria tem *medo* (de) [que João se esqueça dos remédios].
- c. Paulo está *convencido* (de) [que ganhará o prêmio]. (RAPOSO, 2013, adaptado).

A fim de diferenciar os valores semânticos da preposição, como as que aparecem nos exemplos acima, em (9a-c), (MIOTO, 2007) afirma:

“Se um constituinte tem a forma de PP e a função de argumento, a preposição que o encabeça vai ser do tipo funcional: ela não contribui para fixar o papel semântico do seu complemento. Se, por outro lado, o constituinte tem a forma de PP e função de adjunto, a preposição que o

² Cabe ressaltar que a Gramática Gerativa possui dois modelos distintos de Gramática: o Lexicalista e o Construcionista. Assim, considera-se item lexical no modelo Lexicalista de Gramática Gerativa, o nome, o verbo, o adjetivo e a preposição, conhecidos como predicadores.

encabeça vai ser do tipo lexical: o papel semântico do seu complemento é fixado por ela.”
(MIOTO, 2007, p.97).

Nessa citação, (MIOTO, 2007) ressalta que há dois tipos de preposição, segundo a concepção gerativista: a lexical e a funcional. A primeira encabeça os adjuntos adnominais, atribuindo-lhes um papel semântico; a segunda, por sua vez, não desempenha tal papel, apenas serve como elo de ligação entre os constituintes. Vale salientar que em argumentos de natureza oracionais há muitas divergências entre o emprego ou não da preposição, o que já não ocorre quando o argumento é do tipo nominal. Na próxima subseção, veremos as diferenças entre esses dois tipos de argumentos.

4.1 Apontamento de diferenças entre os argumentos de natureza oracionais e os argumentos de natureza nominais

Embora as orações subordinadas argumentais desempenhem as mesmas funções sintáticas dos argumentos de natureza nominais, existem divergências entre esses dois tipos de argumentos. Isso se deve ao fato de nem sempre as orações ocuparem a mesma posição das expressões nominais com função sintática equivalente. Um bom exemplo disso é a função de sujeito. Sabe-se que, em português, os sujeitos representados por um nome ocorrem tipicamente em posição pré-verbal (ROCHA LIMA, 2019). No entanto, quando o sujeito é representado por uma oração, a posição pós-verbal, na maioria das vezes, é a mais usada pelos falantes. (RAPOSO, 2013). Cabe ressaltar que, em situações, como “Chegaram os presentes”, por exemplo, o termo “os presentes” funcionaria como sujeito, e não como complemento. Na Gramática Gerativa, isso se justifica pelo fato de o verbo “chegar” se classificar como um verbo inacusativo, ou seja, ele não pode atribuir caso acusativo para o termo “os presentes” e, assim, tal termo recebe o caso nominativo, que corresponde à função de sujeito. Isso se reflete também nas salas de aula, visto que muitos alunos têm dificuldades de identificar o sujeito quando este é representado por uma oração, justamente por ele vir posposto ao verbo que o seleciona. Nossa gramática internalizada está projetada para a ordem S-V-C (Sujeito – Verbo – Complemento), e qualquer alteração nessa ordem já nos causa estranhamento.

Nesse caso, o que se observa nas aulas de Língua Portuguesa é uma forte tendência em os alunos classificarem a oração subordinada com a função de sujeito como uma oração subordinada com a função de objeto direto, apesar de ela ora funcionar como um

complemento do verbo com a função de sujeito ora funcionar como sujeito. (MIOTO, 2007).

Assim, quando nos deparamos com os pares que se seguem, podemos verificar que as frases em que a oração completiva ocupa a posição pós-verbal apresentam-se mais neutras do que aquelas em que tal oração precede o verbo:

(10) a. Convém [que a festa seja amanhã].

b. ? [Que a festa seja amanhã] convém. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Nos pares de exemplos acima, é possível observar que a estrutura apresentada em (10 a) é a mais usada pelos falantes, justamente pelo fato de a oração completiva estar em posição pós-verbal. Isso está ligado diretamente ao modo como a informação é tratada: sempre que a oração completiva ocorre em posição pré-verbal, como em (10 b), ela constitui o tópico da frase e descreve uma determinada situação sobre a qual se declara alguma coisa, isto é, ela se apresenta como sujeito gramatical e sujeito da predicação, simultaneamente. Por outro lado, em (10 a), não há uma estrutura do tipo tópico-comentário, ou seja, a oração completiva nesse caso é o sujeito gramatical, mas não é o sujeito da predicação, o que constitui uma informação dada ou pressuposta. (RAPOSO, 2013).

5. AS SUBORDINADAS INTERROGATIVAS³

De um modo geral, as orações interrogativas, subordinadas ou não, caracterizam-se por trazerem informações incompletas. (RAPOSO, 2013). Isso se dá pelo fato de haver diferença entre as estruturas interrogativas subordinadas e não subordinadas, o que condiciona os termos *oração interrogativa direta* e *oração interrogativa indireta*. Cabe ressaltar que as chamadas orações interrogativas indiretas não são usadas exclusivamente para fazer perguntas, como podemos observar nos exemplos em (11a,b) a seguir:

(11) a. O Pedro sabe [quem ganhou o campeonato].

b. A Paula já decidiu [se vai viajar]. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Há de se salientar que dentro desse grupo de orações, segundo (RAPOSO, 2013), existem subtipos distintos, denominados de *interrogativas globais*, também conhecidas como

³ As orações subordinadas interrogativas indiretas sempre desempenham a função de *objeto direto*.

sim / não, e *interrogativas parciais* ou *qu-*. Nessa concepção, entende-se por “interrogativas globais” ou “sim / não” as orações que exprimem desconhecimento sobre o valor de verdade da proposição subjacente, isto é, se esta é verdadeira ou falsa, o que possibilita duas respostas possíveis: uma afirmativa e outra negativa; as interrogativas parciais – ou *qu-*, por sua vez, diferenciam-se das globais tanto no significado quanto na estrutura sintática, e em oposição às interrogativas globais, as quais são introduzidas pelo complementizador *se*, as interrogativas parciais se caracterizam por serem introduzidas por um sintagma que contém obrigatoriamente uma palavra interrogativa, razão pela qual tal palavra pode ser um pronome, um determinante, um quantificador ou um advérbio, como nos exemplos adaptados que se seguem em (12a,b):

(12) a. O que comprou Maria?

b. Não sei o que a Maria comprou. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Nos exemplos acima, é possível observar dois pares de orações: na primeira (12 a), tem-se um exemplo de interrogativa parcial que não está subordinada e, nesse caso, a anteposição do sintagma interrogativo não é obrigatória; na segunda (12 b), tem-se um exemplo de interrogativa parcial subordinada e, nesse caso, é possível observar que esta admite a inversão do sujeito dentro da oração, de modo que é aceitável falar “Não sei o que comprou a Maria” ou “Não sei o que a Maria comprou”, sem tornar as sentenças agramaticais. (RAPOSO, 2013). Na próxima seção, veremos outros tipos de orações e os aspectos que as diferenciam.

6. DISTINÇÃO ENTRE ORAÇÕES SUBORDINADAS COMPLETIVAS E ESPECIFICATIVAS

No rol das orações subordinadas dependentes de nomes, têm-se dois tipos distintos: as *completivas*, como vimos, e as *especificativas*. As completivas têm a função de completar o sentido do nome que as seleciona, funcionando como verdadeiros complementos do nome; as especificativas, por sua vez, têm a função de especificar o valor semântico do sintagma nominal que as antecede e ocorrem unicamente com nomes cujo conteúdo pode ser descrito por meio de uma proposição, tais como *decisão*, *fato*, *ideia*, *hipótese*, *notícia*, *boato*, entre outros. No caso das orações completivas, entretanto, a oração forma uma unidade sintática

(um grupo nominal) com o nome que a seleciona, e, assim, há um único SN. (RAPOSO, 2013).

Na tradição gramatical, alguns gramáticos normativos incluem, ainda, entre as orações subordinadas substantivas, introduzidas pela conjunção integrante “*que*”, as que modificam um nome, exercendo, assim, a função sintática de adjunto adnominal. Dentre esses gramáticos, destacam-se Celso Cunha e Celso Pedro Luft. No entanto, na NGB e na maioria das gramáticas tradicionais, esse tipo de oração subordinada desaparece. Vejamos alguns exemplos para fundamentar essa distinção:

(13) a. Alguns cientistas consideram a hipótese [de que a Terra é plana].

b. A notícia [de que haveria greve] o deixou preocupado.

c. Tenho a impressão [de que já o tinha visto antes].

d. Considerou-se a possibilidade [de que haveria um aumento salarial no início do próximo mês]. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Com base nesses exemplos em (13a-d), não se pode negar que as orações em (13a) e em (13b) se distinguem das que aparecem em (13c) e em (13d). As duas primeiras não são um argumento do nome, apenas o especificam; ao passo que as duas últimas são complementos do nome, isto é, são argumentos selecionados por ele.

Em gramáticas recentes, elaboradas sob a luz de teorias linguísticas diversas, como a Gramática Gerativa, por exemplo, tal distinção nem sempre é feita, como ocorre na gramática de Mateus *et al.*, que considera tanto as estruturas em (9a, b) quanto as estruturas em (9c, d) como *completivas de nomes*. Contudo, a antiga distinção é restaurada na Gramática do Português (RAPOSO, 2013).

Cabe ressaltar, ainda, que as orações completivas, por serem argumentos, podem ser substituídas por um pronome demonstrativo neutro invariável, tal como os professores fazem nas aulas de Língua Portuguesa quando ministram esse conteúdo. Assim, têm-se: *tenho a impressão disso*, *considera-se a possibilidade disso*. Com as orações especificativas, no entanto, essa estratégia não é possível, tornando a estrutura agramatical: **hipótese disso*, **notícia disso*. Percebe-se, portanto, que algumas orações podem ter a mesma estrutura, isto é, podem ser introduzidas por um mesmo complementizador, no caso o *que*, mas exercerem funções sintáticas distintas.

7. ASPECTOS RELEVANTES DA AQUISIÇÃO DE ORAÇÕES

SUBORDINADAS COMPLETIVAS

No tocante à aquisição de orações completivas, não se consideram algumas questões, de acordo com (SANTOS, 2011): em primeiro lugar, as orações completivas fazem parte do processo de subordinação e discutir como se dá a sua aquisição levanta uma série de questionamentos sobre as capacidades de produção e de compreensão desse processo; em segundo lugar, têm-se as orações completivas como argumento (externo ou interno) de predicadores (verbais, nominais ou adjetivais), e as suas propriedades são condicionadas pelas propriedades (sintáticas e semânticas) desses predicadores. Por fim, sob o ponto de vista sintático, a produção sucessiva de orações completivas pode gerar, ainda, uma certa complexidade.

De um modo geral, as estruturas sintáticas que têm completivas, como é o caso das estruturas com subordinação, trazem à tona uma das propriedades da linguagem humana: a *recursividade*, que trabalha com a ideia de que um dos elementos constituintes de uma frase é ele próprio, o que possibilita construir, gramaticalmente, uma frase ilimitada e com uma série de sentenças encaixadas uma na outra (SANTOS, 2011), como podemos observar no seguinte exemplo:

(14) A Maria disse [que o João pediu [que o Paulo deseja [que a Ana solicite [que o Pedro descubra [que...]]]]] (SANTOS, 2011, adaptado).

No exemplo acima, é possível observar a propriedade da recursividade, a qual possibilita que um constituinte seja uma outra frase, gerando, assim, sob um ponto de vista gramatical, frases ilimitadas e longas.

Naturalmente, as nossas capacidades linguísticas de processamento, tão limitadas, dificultam a compreensão de sentenças como em (14) e mais ainda sentenças mais extensas, o que aumenta a complexidade. Não obstante, tem-se a recursividade como uma propriedade distintiva da linguagem humana, o que é fundamental no processo de aquisição.

Vale ressaltar aqui que, segundo (SANTOS, 2011), as estruturas que envolvem orações subordinadas não são encontradas entre as primeiras articulações de palavras produzidas pelas crianças. As orações subordinadas completivas são geralmente observadas pela primeira vez no discurso das crianças de 2 a 3 anos de idade, período em que normalmente ocorre uma grande expansão de estruturas subordinadas produzidas. As

primeiras orações produzidas, então, são as infinitivas – tipicamente com o verbo *querer*; logo depois, começam a produzir as completivas finitas, o que é muito comum nesse período.

O que se discute ultimamente é a ausência de orações subordinadas entre as primeiras estruturas sintáticas produzidas pelas crianças, o que suscita uma série de suposições teóricas. No Capítulo 11, abordado por (SANTOS, 2011), considera-se a ausência do domínio CP na gramática das crianças de dois anos, mas ainda teria que ser levado em conta que antes de as crianças começarem a produzir completivas com o complementizador realizado, elas produzem interrogativas *wh-*, que também acarreta a presença do domínio CP sobre interrogativas *wh-*, bem como a projeção desse domínio em tais estruturas.

Nessa perspectiva, é possível considerar ainda que o encaixe de orações, especificamente em estruturas de subordinação, seja ainda mais complexo, em termos de processamento, do que a projeção de frases simples. Tal hipótese é abordada por (SOARES, 2006) e está em consonância com o fato de o surgimento de estruturas com encaixe de várias orações subordinadas finitas manifestar-se mais tarde. A título de exemplo, podemos observar o único caso sucessivo de duas subordinadas observado por (SOARES, 2006), que ocorre após os 4 anos de idade:

(15) Eu acho [que sei [onde é que está o relógio]].

(SOARES, 2006)

No exemplo acima, é possível observar que a extração longa de constituintes *wh-*, a partir de subordinadas completivas, demonstrada por (SOARES, 2006) em seu *corpus*, é rara e tardia.

Outro ponto importante a se destacar quanto à aquisição de estruturas de subordinação completiva é a interação entre o léxico e a sintaxe. Como vimos, as orações completivas são argumentos selecionados por predicadores (verbais, nominais ou adjetivais) e algumas propriedades dessas orações dependem das propriedades desses predicadores. Cabe ressaltar que a interação de verbos que selecionam orações completivas interage diretamente com o desenvolvimento cognitivo das crianças. Entretanto, nem todos os verbos que tomam por referência atitudes mentais apresentam significados parecidos, como, por exemplo, os verbos *querer* e *pensar*. (SANTOS, 2011).

Nesse sentido, é possível perceber o quanto ainda é complexa a questão da aquisição de estruturas com orações completivas, e parte dessa complexidade se deve ao fato de tal

aquisição destas estruturas interagir tanto com as diversas áreas do desenvolvimento linguístico quanto com o desenvolvimento cognitivo.

8. VARIAÇÃO NO USO DA PREPOSIÇÃO *DE* ANTES DO COMPLEMENTIZADOR NAS ORAÇÕES COMPLETIVAS

Um dos fenômenos que podem ser observados quando se analisam orações subordinadas completivas é a possibilidade de suprimir ou de manter a preposição antes do complementizador, como vimos na seção 4. Tais fenômenos são conhecidos como “*queísmo*” e “*dequeísmo*”, sendo o primeiro muito comum em nossa língua. Segundo (RAPOSO, 2013), o emprego da preposição *de* antes de orações completivas finitas constitui uma das áreas mais instável da língua e está sujeito a grandes mudanças no uso e no juízo dos falantes. Nesse contexto, há casos, em que, contrariando as prescrições da tradição gramatical, a preposição é inserida, e outros em que ela é omitida. Vejamos alguns exemplos:

- (16) a. A Justiça constatou *de que* houve irregularidades no caso. (vs. constatou *que*).
- b. É preciso acreditar *de que* tal investimento é necessário. (vs. acreditar *que*).
- c. As pessoas foram informadas *que* deveriam comparecer amanhã. (vs. informadas *de que*).
- d. Eles foram avisados *que* o uso de uniforme era obrigatório. (vs. avisados *de que*). (RAPOSO, 2013, adaptado).

De um modo geral, os falantes se dividem quanto à obrigatoriedade ou opcionalidade do uso da preposição, podendo haver variação apenas em um mesmo falante, devido a características próprias ou devido ao registro de uso mais ou menos formal (nestes casos, a preposição *de* deve ser posta entre parênteses).

Tal fenômeno não se restringe apenas ao português e de acordo com (RAPOSO, 2013), é também recorrente na língua castelhana, o que faz a literatura deste idioma ser extensa. Quanto à origem desses fenômenos, o que se sabe é que os termos “*dequeísmo*” e “*queísmo*” foram introduzidos por (RABANALES, 1974) para caracterizar as duas ocorrências deste fenômeno: o primeiro termo caracteriza a inserção desnecessária da preposição *de* antes da conjunção (complementizador) *que*, como em (16 a, b), e o segundo, por conseguinte, a

sua omissão, como em (16 c, d).

8.1 O fenômeno do *queísmo*

Denomina-se *queísmo*, segundo (RAPOSO, 2013), a supressão da preposição antes de complementos oblíquos de natureza oracional finitos, em contextos nos quais a sua ocorrência é perfeitamente aceitável pela maioria dos falantes, e, em alguns casos, mesmo quando é exigida para a maioria deles. Tais contextos são aqueles em que a oração é introduzida por um verbo, por um nome ou por um adjetivo. Cabe ressaltar que o fenômeno de supressão da preposição é muito comum, sobretudo no caso da preposição *de*, mas pode ocorrer também com a preposição *em* e, de forma mais restrita, com a preposição *com*, em contextos específicos, como se pode observar nos exemplos a seguir:

- (17) a. Informo-te *que* a investigação já começou (vs. informo-te *de que*).
 b. Eles insistem *que* a farsa deve ser mantida. (vs. insistem *em que*).
 c. Nós contamos *que* o evento ocorra amanhã. (vs. contamos *com que*).
 d. O juiz chegou à conclusão *que* o réu era inocente. (vs. conclusão *de que*).
 e. Ele tem certeza *que* o fato será esclarecido. (vs. certeza *de que*).
 f. Ela está ciente *que* a reunião foi adiada. (vs. ciente *de que*). (RAPOSO, 2013, adaptado).

No entanto, sempre que estes mesmos predicadores se ajustam aos argumentos de natureza nominal, o emprego da preposição será obrigatório. Veja os exemplos que se seguem em (18a-f) e compare-os com os anteriores:

- (18) a. Informo-te disso / *isso.
 b. Eles insistem nisso / *isso.
 c. Nós contamos [com isso / *isso].
 d. O juiz chegou à conclusão disso / *isso.
 e. Ele tem certeza disso / *isso.
 f. Ela está ciente disso / *isso. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Ressalta-se que a agramaticalidade resultante da preposição com argumentos nominais

não suscita dúvidas em qualquer falante nativo do português. Em contrapartida, frases como as exemplificadas em (18 a-c), sem o uso da preposição, embora possam ser interpretadas de forma distinta pelos falantes, isto é, podem ser consideradas agramaticais para um falante do PE, mas não, necessariamente, para um falante do PB, estão bastante disseminadas na língua, sobretudo entre os mais jovens e na fala de pessoas com um nível de escolaridade mais elevado.

Já se observou neste trabalho, o qual toma por referência o Capítulo 36 da Gramática de Raposo et al 2013, na seção 5, que existem contextos nos quais a omissão da preposição é, de fato, obrigatória. É o caso das orações interrogativas globais e das orações interrogativas parciais, introduzidas por um sintagma *qu-*, encabeçado por preposição, e quando selecionados por um predador verbal. Observe os exemplos em (15a, b), em que o complemento é uma oração, com o exemplo em (19c), em que o complemento é um nome:

- (19) a. Não estou sabendo [se eles irão viajar amanhã].
 b. *Não estou sabendo de [se eles irão viajar amanhã].
 c. Não estou sabendo [da sua viagem / *a sua viagem].

- (20) a. Já te avisaram [a que horas será a reunião]?
 b. *Já te avisaram de [a que horas será a reunião]?
 c. Já te avisaram [da reunião / *a reunião]? (RAPOSO, 2013, adaptado).

Nas orações interrogativas parciais, nas quais o sintagma *qu-* não é introduzido por uma preposição, a presença da preposição *de* iniciando a oração é opcional, sendo que os falantes podem variar entre si quanto à forma como intuem os exemplos em que ela não ocorre:

- (21) Já te avisaram (de) [quando será a reunião]? (RAPOSO, 2013, adaptado).

Constata-se, assim, a seguinte situação: na posição inicial de um complemento oblíquo, uma preposição sem conteúdo semântico significativo obedece às seguintes condições (RAPOSO, 2013):

- (I) será de presença obrigatória toda vez que o complemento for de natureza

nominal (15-16);

- (II) será omitida caso o complemento seja selecionado por um predicador de natureza verbal e caso se trate de uma oração interrogativa global (15a, b) ou de uma oração interrogativa parcial, cujo sintagma *qu-* é, ele próprio, introduzido por uma preposição (16 a, b);
- (III) será opcional em todos os outros casos toda vez que o complemento for uma oração finita, com alguma possibilidade de variação nos juízos dos falantes, seja em função do registro, seja em função do grau de escolarização ou da faixa etária (13,14 e 15).

8.2 O fenômeno do *dequeísmo*

Nesta seção, será abordado o fenômeno oposto ao do *queísmo*, que consiste na inserção desnecessária da preposição *de* antes de uma oração completiva finita. As frases a seguir ilustram esse tipo de ocorrência na língua:

- (22) a. É preciso frisar *de* [que a ideia é boa].
- b. As empresas devem constatar *de* [que houve uma melhora nos lucros].
- c. Os manifestantes nos indicaram *de* [que irão protestar amanhã]. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Tais exemplos com frases retiradas de *corpora* de língua falada espontânea, são bastante periféricos para a maioria dos falantes (RAPOSO, 2013). Em todos eles, é possível observar que a preposição *de* antecede orações completivas com função de complemento direto; sabe-se, por excelência, que quando o complemento é direto, ele não é regido de preposição. Assim, na ótica da Gramática Tradicional, a inserção da preposição nesse caso não se justifica, o que explica o estranhamento dos exemplos.

O mesmo fenômeno pode ser observado também em orações completivas com a função de sujeito, uma vez que o sujeito também é um argumento que não é introduzido por preposição, como podemos observar no exemplo que segue:

- (23) a. É comum *de* [que haja um aumento na procura por viagens no fim do ano].
- b. Consta *de* [que ele esteve aqui]. (RAPOSO, 2013, adaptado).

Cabe ressaltar que o *dequeísmo* é um fenômeno mais raro do que o *queísmo* em nossa língua. No entanto, os dois fenômenos não estão separados. Percebe-se que, de acordo com a intuição gramatical dos falantes, as orações finitas têm um estatuto particular e dispensam na maioria das vezes a preposição que introduz os complementos oblíquos, especificamente a preposição *de* (RAPOSO, 2013). Isso acaba gerando um conflito entre as intuições dos falantes com o que preceitua a norma-padrão quanto ao emprego da preposição ou não em orações completivas finitas, o que se reproduz também nas salas de aula, levando, muitas vezes à hipercorreção, já que os falantes não têm percepções fortes sobre o uso da preposição. Assim, utilizam-na em contextos em que ela é desnecessária. De acordo com Raposo et al 2013, essa explicação parece ser a mais admissível para o fenômeno do *dequeísmo*.

Já no que concerne à supressão da preposição em orações especificativas, observa-se que ela já é atestada em registros informais, mas tende a ser evitada na escrita, sendo admitida pelos falantes mais velhos ou mais escolarizados como desvio à norma-padrão. Desse modo, a ocorrência de exemplos, como os que se seguem em (24), depende muito do registro, ou seja, um mesmo falante poderá suprimir a preposição na fala, mas não na escrita, por exemplo, e a depender da faixa etária, isto é, os falantes mais jovens tendem a omitir a preposição de uma forma mais metódica do que os falantes mais velhos:

- (24) a. Chegaram com a ideia __ [que amanhã iriam ao cinema].
 b. É inegável o fato __ [que estamos em uma guerra].
 c. A notícia __ [que ele chegaria mais cedo pegou a todos de surpresa].
 (RAPOSO, 2013, adaptado).

Nos exemplos acima, é possível perceber que a inserção da preposição é desnecessária, fazendo com que a oração tenha a função de predicativo do sujeito, apesar de especificar um nome, razão pela qual a maioria dos falantes opta pela dispensa do uso da preposição.

9. QUADROS COMPARATIVOS DE CLASSIFICAÇÕES DAS ORAÇÕES SUBORDINADAS NA NOMENCLATURA GRAMATICAL BRASILEIRA (DORAVANTE NGB), NA GRAMÁTICA TRADICIONAL E NA LINGUÍSTICA GERATIVA

Vejamos agora uma comparação entre os quadros com as nomenclaturas da subordinação completiva e de suas respectivas funções indicadas pela NGB, por Rocha Lima, por Raposo et al e por Mateus et al:

Gramática Tradicional (NGB)	Linguística Gerativa (Raposo et al)
Substantiva Subjetiva	Subordinada Completiva de Verbo
Substantiva Predicativa	Subordinada Completiva de Adjetivo
Substantiva Objetiva Direta	Subordinada Completiva de Verbo
Substantiva Objetiva Indireta	Subordinada Completiva de Verbo
Substantiva Completiva Nominal	Subordinada Completiva de Nome
Substantiva Apositiva	Subordinada Completiva Especificativa

Gramática Tradicional (Rocha Lima)	Linguística Gerativa (Mateus et al)
Substantiva Subjetiva	Subordinada Completiva de Verbo
Substantiva Predicativa	Subordinada Completiva de Adjetivo
Substantiva Objetiva Direta	Subordinada Completiva de Verbo
Substantiva Completiva Relativa	Subordinada Completiva de Verbo
Substantiva Completiva Nominal	Subordinada Completiva de Nome
Substantiva Apositiva	Subordinada Completiva Especificativa

Ao comparar as propostas de classificação das orações subordinadas completivas, independente do quadro que se queira adotar, é possível perceber que a classificação está mais simplificada, sobretudo nos quadros mais recentes, como os de Mira Mateus In: M. H. *et alii*, 2003 e (RAPOSO, 2013). Vale ressaltar que o ponto de partida para se chegar a uma

determinada classificação de orações subordinadas é saber identificar as suas funções sintáticas corretamente, o que nem sempre é uma tarefa fácil. Com base nesses quadros, contudo, podemos observar que tais funções não mudaram, o que mudou foi o ponto de vista de alguns autores em relação a alguns termos, como, por exemplo, a classificação dada por Rocha Lima de *completiva relativa* em vez de *objetiva indireta*, considerada pelos outros gramáticos. Na Linguística Gerativa, por sua vez, trabalha-se sempre com a ideia de termos uma oração selecionada (argumento externo ou interno) e um predicador (verbal, nominal ou adjetival) que as selecionam – ou ainda – um modificador (adjunto adnominal / aposto), ou seja, uma proposta analítica.

Tal proposta pode servir como base na criação de planos de aula ou de dinâmicas que envolvam jogos didáticos que ilustrem, justamente, essa relação de subordinação e / ou de seleção, como ocorre, por exemplo, em um jogo de xadrez ou em um jogo de cartas em que há peças ou cartas que têm mais valor, estabelecendo, assim, uma certa hierarquia no jogo. Assim, propor-se-ia uma aula em que se perguntaria se os alunos gostam de jogos, de quais gostam mais ou se conhecem algum específico. Caso a resposta fosse positiva, trabalhar-se-ia da seguinte forma:

10. PROPOSTA DE UMA ATIVIDADE (JOGO DIDÁTICO) À LUZ DA SINTAXE GERATIVA

1) O que o aluno poderá aprender com este jogo nesta aula?

- Reconhecer as orações subordinadas substantivas (completivas) e saber identificá-las;
- Saber identificar os valores semânticos das orações subordinadas substantivas (completivas);
- Averiguar, por meio da atividade / dinâmica proposta, a estrutura das orações subordinadas substantivas (completivas) na construção da sentença a fim de dar a correta classificação.

2) Conhecimento prévio do assunto trabalhado em sala de aula para a realização da

atividade proposta:

- A estrutura do Período Composto por Subordinação;

3) Estratégias e recursos que poderão ser utilizados na aula:

- Atividades realizadas em duplas de alunos com um aluno mediador;
- Utilização de materiais, como cartolinas, canetas coloridas e tesoura, para criar o jogo didático.

Feito o devido planejamento, o professor pediria aos alunos para que formassem duplas. O jogo, então, se organizaria da seguinte forma:

Seria constituído de 50 cartas, com cada uma contendo partes de uma oração, como predicadores (verbais, nominais e adjetivais), complementizadores (*que* e *se*), preposições seguidas de complementizador ou preposição sozinha em uma única carta, os argumentos (externos e internos), que, no caso, seriam as orações subordinadas inteiras, que seriam selecionadas pelos predicadores da oração principal, e as orações especificativas, como mostra a ilustração a seguir:

É necessário	que	você volte.
--------------	-----	-------------

Tenho esperança	de que	você volte.
-----------------	--------	-------------

O João sabe	que	você já chegou.
-------------	-----	-----------------

Lembro-me	de	que ele chega hoje.
-----------	----	------------------------

A notícia	de que ele chegaria hoje	surpreendeu a todos.
-----------	-----------------------------	-------------------------

Assim, o jogo segue com duas duplas de alunos e um aluno mediador, que ficará responsável por distribuir as cartas na mesa, virando-as para baixo. Cabe ressaltar que cada dupla deverá estabelecer um código entre si para que o companheiro veja quando estiver com uma sentença formada. Esse código pode ser um simples piscar de olhos, ficando a critério de cada um. Sabendo dessa regra, o jogo se inicia com o aluno mediador colocando as cartas, feitas com a cartolina escrita e recortadas, na mesa. Todas as cartas contêm “pedaços” de uma oração ou só um elemento, cada um escrito com a mesma cor para facilitar a assimilação, como ilustrado acima. Nessa lógica, cada integrante da dupla vai pegando as cartas até conseguir formar uma sentença completa e gramatical no português, como, por exemplo, “É necessário que você volte.” Nessa frase, tem-se o predicador adjetival “necessário” e o complementizador “que”, iniciando uma oração subordinada substantiva, formando com o restante da frase um argumento externo, razão pela qual recebe a classificação de *Oração Subordinada Substantiva Subjetiva* – na GT – ou de *Subordinada Completiva de Adjetivo com a função de Sujeito* – na Linguística Gerativa. Formada a sentença completa, um dos alunos deve utilizar o código combinado no início do jogo para o parceiro e gritar “*Phrase!*”, do inglês, que quer dizer “sintagma”, e pronto! O jogo é finalizado, e a dupla vence a rodada.

Observação: A dupla adversária não deve desconfiar do código.

No entanto, se um dos componentes que tiver formado a sentença inteira fizer o código e for descoberto por um dos componentes da dupla adversária, essa mesma dupla deve gritar: “*Stop Phrase!*”. Dessa forma, a dupla perde o jogo por não ter visto o código⁴ do parceiro ou por ter sido descoberto, independente de já ter formado a sentença completa e compreensível no português. Trata-se, portanto, de um jogo de cartas, similar a um jogo de baralho, mas com vários blocos de sintagmas, que, juntos, formam orações. Tal dinâmica consiste em instigar os alunos a fazerem uma análise sintática com base na proposta gerativista de forma bem descontraída e interativa, o que fará com que aprendam todas as funções sintáticas exercidas pelas orações subordinadas completivas sem ter que, necessariamente, decorá-las, como ocorre na metodologia tradicional de ensino.

Contudo, a fim de facilitar a memorização de algumas funções sintáticas do período, que tanto estudamos nas escolas, (KENEDY, 2019) propõe a seguinte tabela:

⁴ As siglas SN, SP e SV correspondem, respectivamente, a Sintagma Nominal, Sintagma Preposicional e Sintagma Verbal na Sintaxe Gerativa, que, por sua vez, podem aparecer também como NP, PP e VP, no inglês.

Estrutura sintagmática	Função sintática	Quando oracional
Argumento externo	Sujeito	O. S. S. Subjetiva
Sintagma Verbal	Predicado	---
Argumento interno V, quando ^{SN}	Objeto Direto	O. S. S. Objetiva Direta
Argumento interno de V, quando ^{SP}	Objeto Indireto	O. S. S. Objetiva Indireta
Argumento interno de N ou A	Complemento Nominal	O. S. S. Completiva Nominal
Predicador Nominal	Predicativo	O. S. S. Predicativa
^{SP} agentivo em voz passiva	Agente da Passiva	O. S. S. Agentiva
^{SP} adjungido a SV	Adjunto Adverbial	O. S. Adverbial
^{SP} OU ^{SA} adjungido a SN	Adjunto Adnominal	O. S. Adjetiva

Outro ponto importante a se destacar neste jogo é que ele pode ser adaptado também para o formato digital, caso surja uma eventualidade, como uma pandemia, por exemplo, em que as atividades tenham que ser realizadas de forma on-line, e em braile, para os alunos com algum tipo de deficiência visual, a fim de promover a inclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fato que, dentre os diversos conteúdos gramaticais com os quais os falantes se deparam enquanto aprendizes, isto é, enquanto alunos, destacam-se aqueles que, por serem mais complexos e, muitas vezes mais extensos, podem causar uma certa antipatia, aumentando ainda mais a dificuldade em lidar com o conteúdo. Tal constatação surge sem ao menos se ter algum contato prévio com o assunto em questão, e isso, sem sombra de dúvidas,

pode funcionar como um verdadeiro entrave no que diz respeito à apreensão de conhecimentos.

Para fundamentar a ocorrência mencionada, tem-se o caso das orações subordinadas de um modo geral. Na maioria das vezes, achamos que a melhor maneira de aprender a classificá-las é simplesmente decorando-as, o que é um equívoco. Assim, surge como uma alternativa, um ensino baseado na própria gramática que o aluno possui: a gramática internalizada. Sob essa perspectiva, os professores devem planejar suas atividades, levando sempre em consideração o conhecimento que todo indivíduo possui sobre sua língua, sobretudo no campo da sintaxe, que trabalha com sentenças gramaticais. Além disso, as gramáticas tradicionais apresentam muitas incoerências e desencontros, não só em relação à nossa realidade linguística, mas também em relação à definição de alguns de seus próprios conceitos, e isso pode ser visto em vários tópicos, o que deixa o aluno ainda mais confuso.

No caso das orações subordinadas substantivas, tema escolhido para este trabalho, a metodologia usada nas escolas tem sido a da famosa "decoreba", devido à lista das mais variadas conjunções e funções sintáticas que existem, o que leva o aluno a rotulá-las em vez de entenderem, de fato, por que elas recebem tal classificação. Tal estratégia permite que o estudante se preocupe mais com as nomenclaturas do que com o uso das estruturas linguísticas que ele domina intuitivamente em um determinado contexto e é, justamente, a partir dessas estratégias inconsistentes e, muitas vezes, incoerentes, que surge a proposta de ensino baseada no modelo gerativista, o qual propõe como metodologia uma estratégia mais analítica e intuitiva.

Diante disso, faz-se necessária uma mudança de tática: em vez de os professores procederem dessa maneira, é conveniente que se passe a analisar as orações subordinadas substantivas – ou completivas – minuciosamente, atendo-se, principalmente, ao contexto em que se encontram inseridas, já que uma mesma oração pode apresentar a mesma estrutura, isto é, podem ser introduzidas por um mesmo complementizador – ou, no caso das relativas – por um mesmo pronome relativo, mas exercerem funções sintáticas distintas, o que deixa os estudantes em apuros na hora de classificá-las corretamente. Além disso, deve-se levar em consideração também a variação existente em nossa língua, como a que pôde ser vista na seção 8, quando foi abordado o fenômeno do *queísmo* e do *dequeísmo* em orações completivas e até em orações especificativas, fenômeno este que, apesar de estar em ascensão no PB, ainda se mostra de forma bem dividida entre os falantes.

A Linguística Gerativa, por conseguinte, propõe mecanismos que levam o profissional

docente de Língua Portuguesa a criar um ambiente de discussão, de reflexão e de interação com os alunos em sala de aula, sem se preocuparem com rótulos, fazendo com que haja uma participação social por meio de diferentes usos que a linguagem nos possibilita. Criar dinâmicas, como jogos didáticos, por exemplo, além de imprescindível, serve como ponto de partida para que se promova tal interação. Por outro lado, no tocante às classificações dadas por alguns gramáticos normativos, foi possível observar que não há diferenças significativas quanto à abordagem de classificações de orações subordinadas substantivas - ou completivas - sob a ótica da Gramática Tradicional (GT), como a de Rocha Lima (2019), e sob a ótica da Linguística Gerativa, nos quadros recentes, como os de Mira Mateus In: M. H. *et alii*, 2003 e (RAPOSO, 2013), por exemplo, mas há de se ressaltar que o ensino de Língua ainda está totalmente pautado na tradição gramatical, havendo poucas questões que levem o aluno à reflexão sobre seus usos linguísticos, o que precisa ser revisto pelas escolas brasileiras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. *Português ou brasileiro: um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.

BARBOSA, P. Cap. 36. Subordinação Argumental Finita. In: E. Raposo *et alii* (orgs.) 2003, pp. 1821-1897.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo "gramática"?* São Paulo: Parábola, 2006.

KENEDY, E. *Curso básico de linguística gerativa*. SP: Ed. Contexto, 2019.

KENEDY, E. Gerativismo. In: Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). In: *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2008.

LOBO, M. Cap. 38. Subordinação Adverbial. In: E. Raposo *et alii* (orgs.) 2003, pp. 1981 – 2057.

MARQUES, R. Cap. 40. Construções de grau. In: E. Raposo *et alii* (orgs.) 2003, pp. 2141 – 2173.

MIOTO, C., SILVA, M. C.F., LOPES, R.E. V. *Novo manual de sintaxe* Florianópolis: Insular, 3ª Ed., 2007.

MIRA M., M. H. *et alii*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003.

PASHOALIN, M. A. *Minigramática Pashoalin & Spadoto: volume único* / Maria Aparecida Pashoalin, Neusa Terezinha Spadoto – Ed. Renovada. – São Paulo: FTD, 2010.

RAPOSO, E. *et alii* (Orgs.) *Gramática do Português*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2013.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da Língua Portuguesa*. 55ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2019.

SANTOS, A. L., ROTHMAN, J., P., A., D, I. Early or late acquisition of inflected infinitives in European Portuguese?: Evidence from spontaneous production data. In Misha Becker, John Grinstead & Jason Rothman (eds.), *Generative linguistics and acquisition: Studies in honor of Nina M. Hyoms*, p. 65-88, 2013. Amsterdam: John Benjamins.

SOARES, C. 2006. *La syntaxe de La périphérie gauche em portugais européen et son acquisition*. Paris: Université Paris 8 tese de doutoramento.

TRAVAGLIA, L. C. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

